



Eleições municipais: o que esperamos dos candidatos?



Com a aproximação das eleições municipais, para prefeitos e vereadores, é hora de fazer uma reflexão e perguntar: o que queremos dos nossos candidatos? Pre-cisamos escolher pessoas comprometidas com a mel-

horia das cidades, em todos os níveis, mas principalmente com a saúde. Acompanhar, cobrar, mas acima de tudo contribuir e somar forças para a melhoria do sistema público de saúde é o objetivo do Sinmed-MG e de todos

os médicos que lutam por valorização profissional e por um atendimento digno para a população.

PÁGINA 2

FENAN

Abrindo caminhos em Brasília



Em entrevista exclusiva para o "Trabalho Médico", o novo presidente da Fenam, Geraldo Ferreira, fala sobre as principais lutas para o próximo biênio e sobre a atuação das comissões junto ao Congresso Nacional, para acompanhar de perto projetos que envolvam direta ou indiretamente a classe médica.

PÁGINA 8

SES

Enfim o "cargo" de médico

Projeto que devolve aos profissionais da Secretaria de Estado de Saúde (SES) o cargo de médico e estabelece plano de carreira é finalmente sancionado pelo governador Antônio Anastasia, no dia 7 de agosto. Essa era uma batalha antiga do Sindicato dos Médicos juntamente com a categoria, que, além de receber um salário diferente dos colegas da Fhemig, era classificada como "Analista de Atenção à Saúde".

PÁGINA 5

LUTAS SINDICAIS

Mudanças no Manchester na atenção básica e nomeação dos concursados são vitórias do movimento da PBH

PÁG 4

Projeto do governo estadual com reajuste e mudanças na carreira é sancionado. Hemominas ganha equiparação

PÁG 5

Em Uberlândia, médicos pediatras decidem em assembleia: vão parar se reivindicações não forem atendidas

PÁG 6

SANTA CASA

Após ação coletiva do Sindicato dos Médicos, Santa Casa inicia depósito do Fundo de Garantia

PÁG 3

RISOLETA NEVES

Sinmed-MG ganha em primeira instância direito de representar os médicos do Hospital Risoleta Neves

PÁG 3

SERVIDORES FEDERAIS

Com pressão da categoria, governo federal volta atrás em relação à MP 568 e projeto é sancionado

PÁG 6

EDITORIAL

As eleições municipais e as políticas de saúde

Estamos nos aproximando da data das eleições, 7 de outubro. Em 2012, serão 8.840 cadeiras para vereadores em Minas Gerais, 569 a mais que em 2008. Chamou a nossa atenção o número de candidatos que aparecem com a ocupação “médico” no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No Brasil, concorrem às eleições 724 candidatos a prefeito e 1.759 candidatos a vereadores com ocupação “médico”. Em Minas, são 103 candidatos a prefeito e 188 candidatos vereadores classificados pelo TSE como “mé-

dico”. Um número expressivo, mas ainda pequeno perto de outras profissões como a advocacia. Minas é hoje o segundo maior colégio eleitoral do país, com 15.019.136 eleitores aptos a votar nas eleições municipais, sendo o primeiro lugar ocupado por São Paulo, com 31.253.317 pessoas.

Neste momento, a diretoria do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais gostaria de levar aos médicos algumas reflexões. A começar da pergunta: como escolhemos nossos candidatos?

Todos sabem que a votação deve ser um ato consciente e de liberdade individual. No entanto, vemos políticos totalmente despreparados, até analfabetos, sendo eleitos. Se lutamos para melhorar as políticas públicas de saúde precisamos ser coerentes com nossos anseios e escolher entre os candidatos aqueles cujos currículos e atuação mostram afinidade com a área. Prefeitos e vereadores, médicos ou não, que estejam realmente comprometidos com as causas da saúde e em realizar uma gestão voltada para a valorização dos profissionais da área e melhoria da estrutura como um todo.

Além de escolher o candidato certo, é preciso cobrar mais de quem nos representa. Trazemos nesta edição do “Trabalho Médico” vários exemplos de que a pressão das entidades médicas, aliada à mobilização da categoria, foi fundamental para mudar o curso de projetos e ações que trariam prejuízos direta ou indiretamente à categoria e à saúde como um todo.

Na entrevista de Geraldo Ferreira, presidente da Federação Nacional dos Médicos, concedida a este informativo, ele destaca a força da categoria na questão da Medida Provisória 568, relacionada aos médicos servidores públicos, que permaneceu inalterada após a mobilização da categoria, e a importância da atuação da Comissão de Assuntos Parlamentares, formada por representantes da Fenam, AMB e CFM, em Brasília. O papel da comissão é acompanhar e avaliar, no Congresso Nacional, todo e qualquer projeto que possa afetar o médico.

Em Belo Horizonte, as entidades e os médicos ainda estão em processo de aprimoramento da relação com os poderes Exe-

cutivo e Legislativo, de forma a acompanhar mais de perto todas as ações que nos digam respeito. Sabemos que ainda há muito a fazer, e que novos mecanismos precisam ser criados para aproximar médicos, gestores e legisladores municipais.

Cabe a cada um de nós ser um “vigilante” atento da atuação de cada candidato que mereceu seu voto e foi eleito. É direito do cidadão exigir que as promessas feitas durante a campanha se concretizem. Exigir ética, respeito e seriedade com o dinheiro público e transparência nas ações. Não podemos negligenciar diante de atos que não condizem com as funções públicas.

Mas não basta apenas cobrar. É preciso que os nossos representantes no Executivo e Legislativo entendam que não é possível governar sozinho, arbitrariamente, e que a categoria médica tem muito a contribuir para a solução dos problemas da saúde com seu conhecimento, sua experiência e vivência diária nas unidades de saúde de cada município.

Todas as vezes que temos a oportunidade de participar, as coisas caminham. Infelizmente, na maioria das vezes, isso só acontece depois de muita pressão, como a questão da implantação do Protocolo de Manchester na atenção básica ou a nomeação dos médicos pela PBH, assuntos também desta edição. Não queremos estar presentes apenas em situações limite, como as citadas acima, mas durante todo o processo, e isso vai fazer a diferença em qualquer gestão.

Futuros prefeitos e futuros vereadores de Minas Gerais, a categoria nunca se furtará a participar de reuniões, encontros, seminários, eventos que tenham como objetivo melhorar as questões relacionadas à saúde. Ouçam o que os médicos e as outras categorias da saúde têm a dizer, e escutem, acima de tudo, a população usuária do sistema, que enfrenta no dia a dia a falta de leitos, a falta de médicos, de remédios, de estrutura.

Não é sem razão que a saúde tem sido o segmento pior avaliado em todas as pesquisas de opinião. É hora de reverter essa situação. A cada nova eleição se renovam as esperanças.

EXPEDIENTE

Publicação do Sinmed-MG

Sindicato dos Médicos de Minas Gerais

Rua Padre Rolim, 120 - São Lucas

30130 090 - BH - MG Fone: (31) 3241-2811

www.sinmedmg.org.br

Conselho Diretor - Diretoria Executiva:

Amélia Maria Fernandes Pessôa (presidente em exercício), André Christiano dos Santos, Artur Oliveira Mendes, Cristiano Gonzaga da Matta Machado (presidente licenciado), Fernando Luiz de Mendonça, Jacó Lampert, Maria Madalena dos Santos Souza.

Conselho Diretor - Demais Membros:

Adriano Faustino de Figueiredo, Ana Cristina Fonseca Espínola, Ariete do Perpétuo Socorro Domingues de Araújo, César Miranda dos Santos, Djarid Lisboa Moreira Filho (licenciado), Edson Freixo, Eduardo Almeida Cunha Filgueiras, Eduardo Vial Faria, Geraldo José Coelho Ribeiro (licenciado), Leonardo Belga Ottoni Porto, Márcio Costa Bichara, Margarida Constança Sofal Delgado, Milward Antônio de Faria (licenciado), Paulo Eustáquio Marra Pinto.

Conselho Fiscal: *Andréa Chaimowicz, Érika Monteiro P.*

Mourão, José Alvarenga Caldeira, Josemar de Almeida Moura, Maria Luísa Vianna, Raidan de Carvalho Canuto.

Ouvidoria Sindical: *Eivaldo A. Fraga de Mattos*

Júnior e Helena Pinheiro Garrido.

Departamento de Comunicação:

Diretor - *Fernando Mendonça.* Jornalista: *Rosângela Costa (MT 11.320/MG)*

Jornalista Responsável: *Regina Perillo (MT 11.697/SP)*

Textos e Edição: *Regina Perillo (MT 11.697/SP), Rosângela Costa (MT 11.320/MG) e Gracielle Pessoa (MT 07.589/MG)*

Projeto Gráfico: *Zoo Comunicação*

Diagramação e Ilustrações: *Genin Guerra*

Fotos: *Gláucia Rodrigues e Eduardo Rocha*

Impressão: *EGL-Editores Gráficos Ltda*

Tiragem: *23.500 exemplares*

OS ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

AÇÃO COLETIVA

Santa Casa inicia depósito de FGTS após ação coletiva do sindicato

O Sindicato dos Médicos acaba de obter mais uma vitória, dessa vez envolvendo 552 médicos da Santa Casa, entre ativos e desligados. A primeira parcela relativa ao primeiro lote de médicos beneficiados com o depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) já está na conta desses profissionais. O benefício é resultado de ação coletiva proposta pelo sindicato, em janeiro de 2010.

A advogada Sônia Couto, da equipe da Muzzi Advogados, explica que foram contemplados, neste primeiro momento, 18 médicos já desligados da instituição: “Como se tratam de médicos que pediram demissão, o valor somente pode ser levantado em situações autorizadas por lei, como, por exemplo, compra de casa própria, aposentadoria etc”.

A advogada explica que os valores serão depositados na conta vinculada

dos empregados para os que pediram demissão. Os que foram demitidos receberão o valor diretamente. O pagamento será feito em 24 parcelas, sendo contemplados primeiramente os médicos que têm menores valores a receber.

Quanto aos médicos ativos, ou seja, que ainda estão trabalhando, o valor será depositado na conta vinculada do médico e somente poderá ser levantado caso ele preencha as hipóteses legais como compra de casa própria, aposentadoria, algumas doenças, dispensa sem justa causa etc.

Caso o médico que atualmente está trabalhando se desligue da Santa Casa, por qualquer motivo, o valor do FGTS será depositado integralmente em sua conta vinculada em até 30 dias após o desligamento.

Segundo o diretor Jurídico do Sinmed-MG, Artur Oliveira, “o acordo traz grande benefício para os médicos

que já se desligaram da Santa Casa e que perderiam o direito por não terem ajuizado ação individual. Além disso, regulariza o FGTS do médico que está trabalhando, e traz tranquilidade para o profissional que sabe que pode contar com o valor numa eventualidade”.

Entenda o processo

A decisão da Justiça do Trabalho determinou que a Santa Casa efetuasse o depósito do FGTS de todos os médi-

cos que foram dispensados após o dia 07.01.2008, ou que trabalham na instituição, a partir de 13.10.1989, parcelas vencidas e a vencer, essas últimas apenas para os que estão com o seu contrato em vigor.

O diretor Jurídico, Artur Oliveira, explica que a decisão foi fruto de ação coletiva ajuizada pelo sindicato após constatar irregularidades no pagamento dos médicos da Santa Casa, que não estava depositando o FGTS dos profissionais.

Médicos da Santa Casa, procurem o Sinmed-MG

A lista de contemplados com o acordo do Fundo de Garantia se encontra no site do sindicato - www.sinmedmg.org.br. Para mais informações ligue para o departamento

Jurídico (31- 3241-2811). Lembre-se de que essa é uma conquista do Sinmed-MG e que sua filiação à entidade é muito importante para fortalecer as lutas da categoria.

RISOLETA NEVES

Sinmed-MG: direito de representar os médicos no Risoleta Neves



Risoleta, 2º maior pronto-socorro em número de atendimentos

Em decisão publicada no dia 3 de julho, a Justiça Trabalhista reconheceu a legitimidade do Sinmed-MG, para representar os cerca de 500 médicos da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep), que desde 2006 é responsável pela gestão do Hospital Risoleta Tol-

entino Neves. O Hospital é o 2º maior pronto-socorro em números de atendimento no estado de Minas Gerais. Essa foi mais uma conquista do departamento Jurídico do sindicato.

Atualmente esses médicos estão enquadrados no acordo coletivo do Sintappi-MG (Sindicato

dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Pesquisas, Perícias e Informações do Estado de Minas Gerais). Além disso, o repasse das contribuições sindicais também vem sendo feito diretamente para o Sintappi, sem nenhuma comunicação prévia à categoria.

O aval para que o sindicato entrasse com a ação contra a Fundação foi dado pela própria categoria, em assembleia geral extraordinária realizada no hospital no dia 16 de agosto passado.

Maria Madalena dos Santos e Souza, diretora do Sinmed-MG, e ex-diretora clínica do Risoleta, considera a decisão uma grande vitória do sindicato: “Os médicos constituem categoria diferenciada e têm seu próprio sindicato e reivindicações, mas a Fundep não reconhece essa representatividade e alega que não pode abrir exceções e negociar em separado. A negativa do hospital nos levou a reivindicar judicialmente esse direito”, disse.

Com a decisão, além da legitimidade em representar os médicos que trabalham no hospital, inclusive para homologação de eventuais rescisões contratuais, a Justiça do Trabalho condenou a fundação a pagar ao Sinmed-MG as contribuições sindicais devidas nos anos de 2006 a 2010.

O documento emitido pela Justiça conclui que “diante das comprovações efetivadas não há fundamento para que os médicos em exercício sejam representados pelo Sintappi-MG, inclusive pelo fato de a atividade de pesquisa não ser a que estava preponderando de fato, ainda que, de direito, estivesse assim disposta no Estatuto Social. A situação nesse caso se assemelha aos médicos que prestam serviços em qualquer hospital, não havendo falar em vinculação à atividade de pesquisa”.

O diretor Jurídico, Artur Oliveira, lembra que a vitória aconteceu em primeira instância e que a Fundep ainda pode recorrer.

PBH

Nomeação dos concursados e reavaliação do Manchester são conquistas do movimento dos médicos da PBH

Nenhuma conquista vem de graça. E os médicos da Prefeitura de Belo Horizonte sabem muito bem disso. Graças à força do movimento, que tem se mantido constante ao longo dos últimos anos, a categoria tem obtido vitórias importantes em Belo Horizonte, como a recente nomeação dos médicos concursados e a reavaliação da implantação do Protocolo de Manchester na atenção básica.

Na última assembleia geral extraordinária, realizada no dia 8 de agosto, no Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, o sentimento comum era de que a luta não tem sido fácil, mas que, a duras penas, as conquistas estão chegando.

Este ano o movimento teve uma característica diferente. Contemplados no ano passado com um reajuste de 20% escalonado em dois anos, os médicos colocaram como prioridade da pauta de reivindicações de 2012 a melhoria das condições de trabalho. Exercer a Medicina com segurança e oferecer um atendimento de qualidade para a população passaram a ser o foco dos profissionais, o que envolve desde escalas completas de atendimento até o abastecimento adequado de remédios.

Para sensibilizar os gestores, sindicatos e médicos atacaram em várias frentes. Com oito assembleias realizadas até agora, a campanha de 2012 teve seu ápice no dia 14 de junho com um grande ato público de protesto em frente à Prefeitura. Para a próxima assembleia, marcada para o dia 4 de setembro, além



Manifestação dos médicos da PBH, dia 14 junho, foi importante para as conquistas

da pauta específica de reivindicações os médicos debaterão sobre as expectativas para as próximas eleições municipais.

Nomeação saiu sobre pressão

Uma das ações do Sinmed-MG para pressionar a Prefeitura a atender a principal pauta da categoria – a nomeação imediata dos médicos aprovados no concurso público realizado em dezembro/2011 –, foi uma denúncia ao Ministério Público de Minas Gerais sobre o assunto.

Poucos dias depois, em 26 de junho, o MP determinou um prazo de 15 dias para que a PBH e a Secretaria Municipal de Saúde apresentassem a cópia dos atos de nomeação de todos

os candidatos aprovados. Pressionada, a Prefeitura deixou de lado as várias desculpas apresentadas, nas reuniões, com o sindicato, e publicou, três dias depois, a nomeação de 492 médicos no Diário Oficial do Município. Até então, apenas 85 médicos haviam sido nomeados, em 5 de junho.

A conquista não veio “de mão beijada” e só aconteceu pela pressão da categoria, apesar do prefeito tomar para si os méritos, declararam os médicos durante a última assembleia.

O “pacote” da Prefeitura ainda continua pouco atraente para a categoria: dos 85 médicos nomeados em junho, apenas 38 tomaram posse, sendo que 17 já atuavam nos centros de saúde como contratados.

Dos outros 492, cerca de 50% haviam procurado a Prefeitura até o fechamento desta edição. Pesa aí a grande responsabilidade que recai sobre as costas dos profissionais que atuam na saúde pública. Durante as assembleias são inúmeros e contundentes os relatos de adversidades no dia a dia, situações que comprometem o trabalho do médico e colocam a vida dos pacientes em risco. Segundo a Prefeitura, os médicos concursados continuarão a ser chamados até que as vagas sejam preenchidas.

Outros assuntos da pauta continuam em ritmo de espera. Em reunião realizada com o secretário Marcelo Gouvêa Teixeira, dia 3 de agosto, o secretário informou das dificuldades em solucionar o problema da lentidão dos computadores, hoje com capacidade de 128 k, mas assegurou que as providências estão sendo tomadas.

Uma carta foi enviada ao sindicato detalhando todas as ações para a melhoria do sistema de informática, entre elas, uma rede de fibras ópticas, o que seria uma solução definitiva, mas demorada. Na mesma carta, lida para os médicos durante a última assembleia, o secretário também coloca em detalhes a questão da falta de medicamentos e as providências já tomadas para resolver a questão. “O documento, de várias páginas, é um compromisso assumido pela Prefeitura”, disse o diretor André Christiano dos Santos.

Discussões sobre a atenção básica continuam

A comissão formada por representantes da saúde entre eles o Sin-med-MG, a Sociedade Mineira de Medicina de Família e Comunidade e gestores, para discutir o Protocolo de Manchester na Atenção Básica continua se reunindo semanalmente.

A iniciativa é resultado de uma grande pressão dos médicos, que relatavam inúmeros problemas nas unidades onde o Protocolo foi implantado. A primeira reunião acon-

teceu no dia 15 de junho. A implantação do Manchester em outras unidades foi suspensa.

O diretor André Christiano dos Santos, representante do sindicato nas reuniões da comissão, explica que os encontros, a princípio para avaliação do Protocolo de Manchester, acabaram se transformando em uma discussão mais ampla sobre o processo de organização de atendimento à demanda espontânea nos postos de

saúde: “Já ficou claro que houve um erro da gestão ao organizar todo o processo de trabalho e atendimento à demanda espontânea em função de uma ferramenta que era o Manchester”, avalia.

André informou que os trabalhos deverão ser concluídos em setembro e considerou os encontros bastante positivos, na busca de soluções para encontrar a melhor forma de triagem dos pacientes nas unidades, incluindo os agudos

SES

Governo, enfim, corrige distorção em relação à carreira e salários dos médicos da SES. Novo projeto é sancionado

“Nada mais justo que estender aos médicos da Secretaria de Estado de Saúde esse reconhecimento. A aprovação do projeto de lei 2745/2011, que resgata o cargo de médico e esta-

dicos da SES viveram um apagação salarial humilhante, que retratou bem a falta de sensibilidade dos vários governos que tivemos no período e seu total descaso com a saúde”, diz.

De acordo com a pneumologista da SES, Helena Rachel Weinleich, a sensibilização do Poder Executivo foi a prova de que a categoria juntamente com o Sinmed-MG fazem a diferença. “No meio do caminho, nós perdemos o cargo de médico. Além da remuneração aviltante, descaracterizaram a nossa profissão. Sou concursada e nomeada em caráter efetivo para o cargo de médica. É difícil entender como conseguiram me tirar isso! Espero que o projeto seja sancionado sem alterações”, desabafa.

Mais de 1,5 mil médicos, entre efetivos e inativos, serão beneficiados com a sanção do projeto, sendo que 80% deles são do interior. Com a municipalização da saúde pública, a partir da criação do SUS, em 1990, a maioria dos médicos ligados à SES foi colocada à disposição dos municípios ou deslocada para serviços assistenciais do Estado.

Embora recebendo, em alguns casos, complementariedade das Prefeituras, esse valor extra não era incorporado ao salário-base, que girava em torno de R\$ 1.000, para fins de aposentadoria e outros benefícios. Com a criação da carreira, os médicos serão beneficiados com a progressão e melhoria dos salários.

Para a presidente em exercício do Sinmed-MG, Amélia Pessôa, o atual governo, enfim resolveu corrigir essa grave distorção e restaurar os médicos da SES nas funções que lhes são próprias. “Essa iniciativa foi ao encontro às reivindicações da classe médica em uma luta de anos. Além de valorizar o profissional, propicia tranquilidade para exercer a função, sobretudo em municípios carentes”, conta.

Luta antiga

O projeto de lei foi sancionado, dia 7 de agosto, pelo governador Antônio Anastasia. Essa era uma batalha antiga do Sindicato dos Médicos juntamente com a categoria, que, além de receber um salário diferente dos colegas da Fhemig, era classificada como “Analista de Atenção à Saúde”.



Maurílio Malagutti participou ativamente da luta

ESTADO

Fhemig e Hemominas: projeto aprovado

Após aprovação em 1º e 2º turnos, o Projeto de Lei (PL) 3.099/12 foi sancionado pelo governador Antônio Anastasia e transformado na lei número 20336/2012, no último dia 3 de agosto.

O projeto faz alterações na estrutura das carreiras de Médico e de Médico da Área de Hematologia e Hemoterapia, respectivamente pertencentes à Fhemig e ao Hemominas, com reposicionamento dos servidores.

Segundo a presidente em exercício, Amélia Pessôa, o projeto corrige uma distorção grande em relação aos médicos do Hemominas, que não foram contemplados no último plano de cargos e salários da Fhemig. “Eles estavam recebendo 21% a menos e finalmente voltarão a ter o salário equiparado aos médicos da Fundação com a nova proposta do governo estadual”.

Durante a tramitação do projeto, foi acrescido o nível VI às carreiras e reduzido o interstício de promoção para quatro anos caso o servidor possua residência médica como pré-requisito. Os médicos posicionados atualmente nos níveis I ou II da carreira e que já tiverem concluído residência médica serão repositados no nível III, com aproveitamento de títulos de pós-graduação lato sensu reconhecidos pelo Conselho Federal de Medicina para fins de ingresso e promoção nas carreiras de médico dos dois órgãos.

O projeto também concede reajuste escalonado em três etapas nas respectivas tabelas de vencimentos a partir de 1º de agosto de 2012, 2013 e 2014.



Helena Rachel:

“No meio do caminho nós perdemos o cargo de médico”

belece plano de carreira com reposicionamento na tabela de honorários do Estado, é o resgate da dignidade da categoria em Minas Gerais”, diz o dermatologista Maurílio Malagutti, ex-dirigente do Sinmed-MG e membro da Comissão de Mobilização dos Médicos da SES, instituída em 2010 no sindicato com o objetivo de lutar pelo resgate da carreira de médico e melhorias salariais.

Para Malagutti, que ingressou na instituição em 1974 e participou ativamente da luta da categoria ao longo desses anos, a mudança no cargo foi um desrespeito e uma prova de total abandono dos médicos pela instituição. A precarização salarial também trouxe consequências danosas aos servidores segundo ele. “O que vimos, até hoje, são médicos aposentados, com 78, 80 anos, de volta à ativa, em plantões da rede privada, para conseguirem sobreviver, o que é um absurdo completo. A verdade é que os mé-

SERVIDORES FEDERAIS

Mobilização dos servidores federais é vitoriosa com aprovação da MP 568/12

Após o susto e a decepção, felizmente, desta vez não houve enrolação: o Plenário da Câmara aprovou no dia 4 de julho e o Senado no dia 11 de julho a Medida Provisória 568/12, que concede reajustes salariais a diversas categorias do Poder Executivo.

Editada no dia 14 de maio, pela presidência da República, a MP trouxe grandes prejuízos à categoria médica, como por exemplo, perdas salariais e aumento de carga horária.

Após reivindicações e paralisações nacionais da categoria, insatisfeita com o texto original apresentado, o senador Eduardo Braga (PMDB-AM) foi sensível às pressões exercidas pelos médicos acatando em seu parecer, aprovado por unanimidade no dia 13 de junho pela comissão mista do Congresso Nacional, as exigências dos profissionais, retirando os artigos que lesavam a categoria.

Em Minas Gerais, os médicos realizaram uma paralisação e um ato de protesto, em frente à Faculdade de Medicina, no dia 11 de junho, com o apoio das entidades médicas. Para a presidente em exercício do sindicato,



Manifestação dos médicos federais, em Belo Horizonte

Amélia Pessoa, a conquista mostra a força da categoria nas lutas da saúde.

Tabela diferenciada

O ponto mais importante do novo texto é a criação de uma tabela de remuneração específica para os médicos, que passam a ficar desvinculados das demais carreiras da Previdência, da Saúde e do Trabalho.

A nova tabela prevê a possibilidade de contratos de trabalho de 20 horas

semanais ou de 40 horas. Nos de 20 horas, está mantida a gratificação, além do vencimento básico. Já para os contratos de 40 horas, o vencimento básico dobra de valor e a gratificação permanecerá a mesma. No entanto, a opção do servidor pela jornada de 40 horas dependerá do interesse da administração e da disponibilidade orçamentária e financeira.

O texto aprovado também suprime todas as alterações previstas no texto da MP quanto ao pagamento de adi-

cionais de insalubridade e periculosidade. Na redação original, esses adicionais eram transformados em valores fixos em reais (de R\$ 100 a R\$ 260), de acordo com o grau de exposição. Na prática, os profissionais que ganhassem mais perderiam mais. Com a exclusão da mudança, permanece o cálculo com base no vencimento do cargo.

Antes da votação do texto, o líder do governo, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), garantiu que os valores serão retroativos a fevereiro.

Para o servidor federal, Cláudio Saliba de Avelar, médico radiologista há 20 anos do Hospital das Clínicas, em Belo Horizonte, a conquista foi fruto de uma reação rápida da categoria que se mobilizou em todo o país contra o que ele chama de “verdadeira aberração”. Ele destaca que o apoio do Sinmed-MG foi fundamental para organizar o movimento em Minas.

Para Saliba, apesar da conquista, o clima ainda é de expectativa: “Precisamos acompanhar de perto como será essa tabela. Acredito que, depois de todo o movimento, não haverá problemas, mas é sempre bom ficar alerta”, diz.

UBERLÂNDIA

Pediatras de Uberlândia avisam: se não houver acordo vão paralisar atendimento

Reunidos em assembleia geral extraordinária (AGE), na sede da Associação Médica de Uberlândia, dia 2 de agosto, cerca de cinquenta pediatras não aceitaram as propostas enviadas pelas operadoras de planos de saúde. Uma primeira assembleia havia sido realizada no dia 14 de junho, por videoconferência. Na ocasião, os médicos levantaram a pauta de reivindicações e um ofício foi enviado às operadoras, que tiveram um mês para se manifestar.

Com os ânimos acirrados, a categoria decidiu por enviar um novo

comunicado, informando que se em 30 dias não for apresentada uma proposta satisfatória irão paralisar os atendimentos por convênio, por tempo indeterminado.

Os valores pagos pelos planos de saúde aos médicos pediatras em Uberlândia, por cada consulta, variam hoje entre R\$ 40 e R\$ 50. A classe reivindica R\$ 120. A justificativa é que, ao contrário de outras especialidades, os pediatras vivem praticamente dessas consultas.

Além de aumento dos valores das consultas, os pediatras querem a criação do procedimento “Aten-

dimento Ambulatorial de Puericultura (APP)”, para o acompanhamento da criança e do adolescente, e a adoção do “Tratamento Clínico Ambulatorial de Pediatria (TCAP)”.

Hoje, segundo o Sinmed-MG, há cerca de 250 pediatras em Uberlândia, dos quais em torno de 60% atendem por meio de planos de saúde. Pelo menos 40 operadoras têm contratos com esses médicos na cidade.

Assembleia dos médicos da SPDM

Os médicos vinculados a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), em Uberlândia, se reuniram em

assembleia, dia 9 de agosto, na Associação Médica, para dar continuidade às discussões sobre o acordo coletivo de trabalho.



BOCA NO MUNDO

Neurocirurgião relata alto risco no HR Betim

“Sou médico neurocirurgião concursado da Prefeitura e trabalho no pronto-socorro (PS) do Hospital Regional de Betim (HRB) há cinco anos. Nos últimos tempos, tenho visto piora das condições de trabalho, equipes desfalcadas e desassistência à população de Betim e região. Sempre que meu colega do plantão da quinta-feira está de férias, trabalho sozinho na Neurocirurgia do PS. Como todos sabem, a Neurocirurgia é uma especialidade cirúrgica e são necessários, no mínimo, dois neurocirurgiões no plantão, pois não é possível realizar cirurgia sem auxiliar ou atender toda a demanda do serviço sozinho.

Também, como é de conhecimento de todos, o HRB é referência para Betim e vários municípios da região e porta aberta para urgência e emergência, recebendo casos graves (Samu, BR Vida e Bombeiros) todos os dias e a qualquer momento.

No último dia 7 de junho, como de costume nas férias programadas do colega da Neurocirurgia, estava sozinho no plantão. Mesmo assim, o Samu encaminhou um jovem de 19 anos (E.A.R), vítima de atropelamento com politrauma e traumatismo crânio encefálico (TCE) grave, com Glasgow inicial de 7 pontos e necessidade de tubo orotraqueal (TOT) na cena. Como se tratava de cirurgia de emergência, solicitei ao colega plantonista da Cirurgia Geral que me auxiliasse no bloco. O paciente foi operado à tarde, mas infelizmente evoluiu com edema cerebral refratário. Não havia cateter de monitorização da pressão intracraniana (PIC) no HRB, indispensável para pacientes com TCE grave. O material neu-

rocirúrgico está muito ruim, necessitando de manutenção urgente. Não havia vaga no CTI. O paciente permaneceu no bloco cirúrgico no pós-operatório imediato, sem monitorização da PIC.

Ao mesmo tempo, no início da tarde, outro paciente de 72 anos, hipertenso, renal crônico dialítico, chegou por demanda espontânea, vítima de queda da própria altura em casa, com TCE leve e Glasgow inicial de 14 pontos. Paciente evoluiu com piora rápida e coma, sendo necessário tubo orotraqueal (TOT) e ventilação mecânica no Poli.

Além desses dois graves, também haviam outras demandas menos graves. Outros pacientes para avaliação no PS, um pedido de interconsulta na pediatria e o paciente no CTI para prova de morte encefálica. Passei o plantão para o colega da noite, que também trabalharia sozinho naquele dia.

No último ano, a Prefeitura de Betim realizou concurso público com apenas duas vagas para Neurocirurgia, porém o concurso ainda não foi homologado. Seriam necessários pelo menos mais seis neurocirurgiões plantonistas e dois horizontais no HRB. Hoje, somos apenas cinco efetivos para todo o hospital. É absolutamente impossível a realização do plantão da Neurocirurgia com apenas um plantonista.

Reitero, então, a necessidade urgente de melhoria das condições de trabalho no PS, bloco cirúrgico e recomposição urgente da equipe de Neurocirurgia do HRB para assistência efetiva e de qualidade à população.”

Sandro Pedroso Lemos – médico neurocirurgião HRB, CRMMG 36802.



JURÍDICO RESPONDE

Mães adotivas têm direito ao salário-maternidade?

Têm direito ao salário-maternidade as trabalhadoras que tiveram filhos ou adotaram crianças. No caso de nascimento, a concessão do benefício se refere aos 120 dias de licença-maternidade. No caso de adoção, o benefício será devido: a) Por um período de 120 dias, se a criança tiver até 1 ano de idade; b) Por um período de 60 dias, se a criança tiver entre 1 e 4 anos de idade; c) Por um período de 30 dias, se a criança tiver entre 4 e 8 anos de idade. A adoção de crianças com mais de 8 anos não gera direito ao benefício.

Para ter direito ao benefício é preciso comprovar que o nascimento ou a adoção da criança ocorreu na época em que a mulher trabalhava ou contribuía para o INSS. Para o contribuinte individual, é preciso comprovar no mínimo 10 meses de contribuição. Documentação básica: Identidade, CPF, certidão de nascimento ou sentença de adoção. *(Núcleo Direito Previdenciário – Depto Jurídico/Sinmed-MG)*

Preciso parar de trabalhar para requerer a aposentadoria por idade?

Têm direito à aposentadoria por idade todos os trabalhadores e demais segurados da previdência social. Não é preciso deixar o emprego para requerer a aposentadoria. O que é preciso comprovar: o homem que fizer 65 anos de idade ou a mulher que completar 60 anos deve comprovar que trabalhou por um período de 15 anos. Se for filiado à Previdência Social anteriormente a 24/07/1991, esse período é menor. Exemplos: quem completou a idade em 1996, deve comprovar sete anos de contribuição. Se completar a idade em 2010, são necessários 14 anos e 6 meses de contribuição. *(Núcleo Direito Previdenciário – Depto Jurídico/Sinmed-MG)*

Observação: Se o seu caso é parecido com os narrados ou possui outras particularidades, entre em contato com o jurídico do Sinmed-MG para que possamos avaliar a viabilidade de sua demanda.

Atualmente sou médica servidora efetiva da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, vinculada ao Regime Estatutário, tendo realizado a opção do artigo 271 da Lei Municipal 7.169/96. Entretanto, fui admitida em 1984. Tenho direito de computar o período anterior a 1996 para concessão de férias-prêmio?

Sim. De acordo com entendimento do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte assegura aos servidores públicos o direito a férias-prêmio, com duração de 6 meses, adquiridas a cada período de 10 anos de efetivo exercício na administração pública, não fazendo diferenciação acerca do regime jurídico em que foi prestada a atividade para fins de aquisição das férias-prêmio. *(Núcleo Direito Administrativo – Depto Jurídico/Sinmed-MG)*

Sou médico servidor público da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e exerço extensão de jornada há vários anos, porém essa parcela não foi considerada pela Administração na base de cálculo para pagamento do adicional de 1/3 de férias. Essa parcela deve ser incluída na base de cálculo do terço constitucional de férias?

Sim. A verba recebida a título de extensão de jornada deve ser considerada como base de cálculo para o 1/3 de férias. Conforme decidido pelo Juiz da 4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública do Município de Belo Horizonte, o direito relacionado ao terço constitucional de férias é adquirido com base na remuneração percebida durante o período aquisitivo. *(Núcleo Direito Administrativo – Depto Jurídico/Sinmed-MG)*

ENTREVISTA

Novo presidente fala sobre o papel da Fenam nas lutas da categoria

O "Trabalho Médico" entrevistou o novo presidente da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), Geraldo Ferreira, do sindicato do Rio Grande do Norte. A nova diretoria, composta pela presidência, vice-presidência, doze secretarias, dez diretorias, além do Conselho Fiscal, seis regionais e dois representantes na Confederação da CNTU, está comandando a entidade a partir de 1º de julho, no biênio 2012/2014.



Geraldo fala da atuação da Fenam, em Brasília

Um dos pontos fortes da atuação da Fenam tem sido o acompanhamento no Congresso Nacional de todos os projetos que podem interferir direta ou indiretamente na vida do médico. Como é esse trabalho?

Fomos eleitos para a Fenam com uma série de expectativas dos médicos brasileiros, entre elas uma presença muito firme em Brasília, junto ao Congresso Nacional, ao Ministério da Saúde e às agências reguladoras de forma a acompanhar de perto os projetos e ações que dizem respeito ao trabalho e à remuneração médica.

Com o objetivo de unir forças, a Fenam, a AMB e o CFM criaram cerca de 20 comissões para estudar os vários temas de interesse da categoria, desde o cooperativismo ao piso salarial. Nós nos reunimos semanalmente para discutir o que está acontecendo nessas áreas específicas e programar ações de mobilização dos médicos.

Os projetos que dão entrada no Congresso Nacional, e que interessam à categoria, são acompanhados de perto pela comissão de Assuntos Parlamentares, formada por representantes das três entidades. A comissão analisa e dá o parecer sobre qual deve ser a resposta das entidades, que pode incluir desde uma reunião com o relator do projeto até um chamado de paralisação da categoria, como

aconteceu recentemente com a questão da Medida Provisória 568, que afetava os médicos servidores federais. Grande parte dos problemas são resolvidos realmente pela via da negociação, do convencimento, mas algumas vezes é necessário um enfrentamento maior.

O sr. tem batido na tecla de que o grande trunfo do sucesso da Fenam está na atuação dos sindicatos e dos médicos de cada região, pois são eles que realmente fazem os movimentos.

É verdade. A Fenam tem uma faceta de atuação, que é através dessas comissões, mas o mais importante é fazer chegar essas informações aos 53 sindicatos da nossa base, porque, na verdade, eles são os grandes responsáveis pelas ações de mobilização. A Fenam apenas dá as diretrizes.

“Os sindicatos são os grandes responsáveis pelas ações de mobilização”

O que a Fenam tem feito para chegar mais próximo desses médicos?

Destaco três ações específicas da nossa gestão. A primeira foi o aumento do número de e-mails de médicos de todo o país de 50 mil para 200 mil, o que nos permite

uma comunicação direta com os profissionais.

Outra ação importante foi a criação de dois fóruns para nos aproximarmos mais da direção dos sindicatos médicos filiados à Fenam. A ideia é reunir mensal ou bimensalmente os presidentes de todos os sindicatos e os representantes das seis federações regionais ligadas à Fenam, para acompanhar mais de perto o movimento médico e as necessidades específicas de cada região. Chamamos esses fóruns de “motivacionais”, pois achamos que essa ação vai ser importante para motivar os sindicatos.

Quais as principais bandeiras da sua gestão?

Temos algumas questões graves que já vêm ao longo dos anos. A começar da formação dos médicos. Precisamos ficar atentos tanto em relação à qualidade das escolas como ao número de novos profissionais que entram no mercado - mais importante do que formar novos médicos para ganhar mal, é valorizar os que já estão em atividade. A regulamentação da profissão é outra bandeira, para impedir que outras profissões “invadam” a área de atuação do médico e prejudiquem a população.

Destaco também as lutas por um piso salarial decente, defen-

dendo o valor de R\$9.813 para 20 horas e de R\$19.626 para 40 horas (hoje a média é de R\$7 mil para 40h) e pela implantação da carreira do médico nos estados, que permita ao longo do tempo uma ascensão profissional.

A nossa participação na luta por remuneração adequada e liberdade de exercício profissional na saúde suplementar também tem crescido a cada ano. Por fim, destaco que o SUS, sistema que defendo, ainda precisa ser aperfeiçoado na prática para que seus objetivos sejam cumpridos e as principais questões são o baixo financiamento, a falta de recursos humanos e as instalações inadequadas.

Diante disso, quais as suas expectativas?

A minha expectativa é que caminhemos nessas lutas e consigamos melhorar as condições de trabalho e remuneração dos médicos e, na outra ponta, os serviços oferecidos à população, que merece um atendimento digno.

Quais suas impressões sobre o Sindicato dos Médicos de Minas Gerais?

Quando assumi o Sinmed-RN, busquei modelos de crescimento, e os sindicatos de Minas e do Rio Grande do Sul foram minha maior inspiração. Em Minas, chamaram minha atenção os serviços prestados, a liderança no movimento médico e a boa relação com as demais entidades médicas. No plano nacional, vemos que o Sinmed-MG tem uma presença forte na política médica nacional, fruto dos bons resultados da administração local. Vejo o sindicato mineiro como um modelo, cujas ações nós vamos tentar transferir para estimular o crescimento e o fortalecimento dos sindicatos de todo o Brasil e da Fenam.

RUBRICA:	DATA:	<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO	<input type="checkbox"/> FALCIDO
POSTAL EM / /		<input type="checkbox"/> AUSENTE	<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O Nº INDICADO
REINTEGRADO AO SERVIÇO		<input type="checkbox"/> RECUSADO	<input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE
PORTEIRO OU SINDICO	OUTROS:	<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO	<input type="checkbox"/> MUDOU-SE
INFORMAÇÃO PRESTADA PELO			

FECHADO - PODE SER ABERTO PELA ECT
 ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO:
 Sindicato dos Médicos de Minas Gerais - Sinmed-MG
 Rua Padre Rolim, 120 - São Lucas - CEP: 30130 090 - BH - MG